



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

RACISMO COMO DETERMINANTE SOCIAL NA SAÚDE DO (A) TRABALHADOR (A): UMA PAUTA AO SERVIÇO SOCIAL

Ingrid Almeida de Souza¹

Karem Emanuely de Oliveira Trabuço²

Resumo: O presente trabalho parte da compreensão crítica do sistema capitalista no Brasil como estruturalmente racista e empreende uma reflexão teórica acerca do racismo enquanto um determinante social na saúde dos trabalhadores, considerando este um campo político. Nesta esteira, constroem-se reflexões aos desafios postos aos assistentes sociais no lugar de profissionais que atuam na busca de estratégias de viabilização do direito social à saúde do trabalhador.

Palavras-chave: Racismo, saúde do trabalhador e serviço social.

Abstract: The present work is part of the critical understanding of the capitalist system as structurally racist and undertakes a theoretical reflection about racism as a social determinant in the health of workers, considering this a political field. In this treadmill, reflections are built to the challenges posed to social workers in the place of professionals who work in the search for strategies to enable the social right to the worker's health.

Keyword: Racism, worker's health and social servisse.

1. INTRODUÇÃO

A problemática central traçada neste estudo parte do reconhecimento crítico do racismo enquanto estrutural nas relações de produção material e social do capitalismo brasileiro desde sua fase de produção primitiva no sistema escravista até sua generalização com a era do trabalho livre na República. Considerar a produção e reprodução do preconceito e da discriminação racial como funcional a acumulação capitalista implica em reconhecer o racismo como um determinante social na saúde da população negra trabalhadora no país. Nesse sentido, se a saúde do trabalhador (a) negro (a) de fato é reconhecida como um campo político, por expressar as contradições inerentes às relações sociais de produção da sociedade capitalista, ela precisa ser pensada a partir do reconhecimento do racismo como determinante do processo saúde, doença e cuidado dos trabalhadores.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Bahia. E-mail: <ingrid_almeida@live.com>.

² Profissional de Serviço Social. Hospital Estadual da Criança. E-mail: <ingrid_almeida@live.com>.

Através do levante desta problemática busca-se colaborar para o amadurecimento da categoria profissional de Serviço Social no (re) conhecimento da diversidade humana para o enfrentamento ao preconceito e discriminação racial na atuação junto à saúde do (a) trabalhador (a). Com este intento traçou-se uma reflexão teórica em torno da crítica de que a construção da classe trabalhadora no Brasil marca-se por elementos extra-econômicos - como o legado racial – encandeando-a ao reconhecimento das iniquidades raciais em saúde, a fim de compreender o racismo como um determinante social na saúde do (a) trabalhador (a).

2. RACISMO: UMA DETERMINAÇÃO DA LÓGICA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL

A conformação do regime de produção material e social do capitalismo no Brasil possui claras especificidades, uma vez não tendo sido aqui vivido os mesmos processos europeus de desenvolvimento do sistema do capital. Não ter tido a experiência do sistema feudal, não ter sediado a Revolução Industrial e, principalmente, possuir a marca histórica de ter mantido um regime escravista por mais de trezentos anos faz das relações sociais capitalistas brasileiras diferentes em forma e desenvolvimento, mesmo guardando as características essenciais do capitalismo em nível mundial (BEHRING, 2011).

Centra-se aqui a ideia crítica de que a análise da classe trabalhadora brasileira - sua identidade, heterogenia e condições de espoliação - não deve prescindir o reconhecimento do trabalho escravo como seu compositor. Centralizar o trabalho escravo na composição da classe trabalhadora brasileira é denunciar o uso do racismo como ideologia de dominação estrutural na ordem capitalista de produção e reprodução das relações sociais. Recorre-se ao pensamento de Clóvis Moura (1994) sobre o racismo como arma ideológica de dominação para explicar que através do preconceito e da discriminação racial as classes dominantes fez e faz possível a justificação de crimes e abusos necessários para manutenção de sistemas de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças, assegurando, assim, a monopolização da riqueza socialmente produzida.

Tanto no regime escravista quanto na era do trabalho livre o racismo como ideologia de dominação tem sido funcional ao modo de acumulação capitalista, como afirma Almeida (2017)

O racismo antinegro é um fenômeno capitalista. Em séculos anteriores ao capitalismo industrial e imperialista, a ideologia racista surgiu como justificativa para legitimar o comércio escravista e foi um dos pilares da acumulação primitiva do capital (...). (p.38-39).

Mesmo antes da generalização do trabalho livre no Brasil, a partir da Abolição da Escravidão em 1888, o sistema econômico brasileiro já se inscrevia na lógica do processo de acumulação do capital, auferindo as bases para o monopólio dos meios de produção e consequente construção de uma classe que, espoliada as condições de produção, vende a força de trabalho como único meio de sustento. O trânsito do regime escravista para a era do trabalho livre marca o coroamento do modo de produção capitalista no país, mas este completamente enraizado no legado do processo colonial, do escravismo e suas relações e do abolicionismo sem direitos.

O uso do racismo como lógica de dominação no regime escravista perpetua-se na era da República estruturando o lugar do negro no trabalho livre. Martins (2012) afirma que o preconceito racial demarcou no mercado de trabalho o lugar de precariedade, informalidade e exclusão para a população negra frente à valorização do imigrante europeu, o que expressava uma clara ideia de eugenia.

Numa conjuntura em que o processo de constituição capitalista se efetivava, o trabalho assalariado se coloca numa direção essencialmente deformada e excludente, de valorização do trabalhador branco (o imigrante europeu) como símbolo da redefinição social e cultural do trabalho no país. Daí porque a constituição do capitalismo no país, ao imprimir a exploração como condição fundamental da lógica capitalista, imprimiu nessa lógica a discriminação racial como insígnia do modo de produção baseado no trabalho livre. (MARTINS, 2012, p.456)

Nessa esteira reforça-se a compreensão do racismo como estruturante das relações sociais no Brasil de maneira funcional aos ditames da acumulação capitalista. O que respalda o pensamento de Almeida (2014) quando esta afirma que “a desigualdade sociorracial é de ordem política” (p. 136) e salienta a memória da Diáspora Negra guardada nas marcas do processo de rapto dos negros para escravidão, mas ainda expressa nas iniquidades vividas cotidianamente pela população negra na divisão racial do trabalho e, não obstante, também expressa nas lutas desta mesma população negra contra os lugares de morte e de opressões; lugares estes silenciados pelo mito da democracia racial que diz ter se feito igualdade e justiça através de um processo abolicionista ao qual não se conjugou acesso a direitos, afirmando-se assim enquanto mito e falácia.

3. OS DETERMINANTES SOCIAIS NA SAÚDE DO TRABALHADOR

Pela estrutura de segregação racial a população negra, que compõe de forma expressiva a classe que vive do trabalho no Brasil, experimenta de forma agravada todas as consequências da intensificação da expropriação da força de trabalho comum à sociedade

capitalista, que, como já exposto, apropria-se do racismo como uma das ideologias mantenedoras da desigualdade. Dentre os vários aspectos da vida dos trabalhadores negros (as) atingidos pelo preconceito e discriminação racial destaca-se a área da saúde.

Essa inferência torna-se pertinente ao recobrar o conceito de saúde - cunhado desde a Reforma Sanitária no Brasil e apregoado no marco legal da Constituição de 1988 e na institucionalização do Sistema Único de Saúde - como completo estado de bem-estar físico, mental e social determinado pelas condições de vida e trabalho de indivíduos e de grupos (BUSS, FILHO, 2007). Assim a sistematização do conhecimento sobre saúde coletiva no Brasil ao considerar o trabalho como eixo organizador da vida social entende este como

(...) um dos determinantes da saúde e do bem-estar do(a) trabalhador(a) e de sua família. Além de gerar renda, que viabiliza as condições materiais de vida, tem uma dimensão humanizadora e permite a inclusão social de quem trabalha, favorecendo a formação de redes sociais de apoio, importantes para a saúde. Assim, ele pode ter um efeito protetor, ser promotor de saúde, mas também pode causar mal-estar, sofrimento, adoecimento e morte dos(a) trabalhadores, aprofundar iniquidades e a vulnerabilidade das pessoas e das comunidades e produzir a degradação do ambiente. (BRASIL, 2018, p.17)

É no bojo desta leitura que se reconhece a determinação que as nuances estruturais dos processos de trabalhos, desde a formatação dos processos produtivos a organização das estratégias de gestão, exercem sobre os processos de saúde-adoecimento-cuidado. Neste ponto retoma-se a crítica da contraditória relação de exploração entre capitalismo e trabalho e uso funcional do preconceito e discriminação racial como ideologia na manutenção desta relação desigual para salientar o racismo como determinante social da saúde imbrincado nos processos de trabalho.

Sobre os determinantes sociais em saúde Werneck (2016) ressalta

Em 2005, a Comissão de Determinantes Sociais em Saúde (CDS) da Organização Mundial de Saúde apresentou o conceito de determinantes sociais de saúde como um processo complexo no qual participam fatores estruturais e fatores intermediários da produção de iniquidades em saúde. Nele, o racismo e o sexismo estão incluídos como fatores estruturais produtores de hierarquização social associada à vulnerabilidade em saúde. (p. 540)

As Iniquidades raciais em saúde são evidentes ao desagregar os dados epidemiológicos segundo raça/cor no país, isso não decorre por especificidades biológicas ligadas ao fenótipo cor, mas sim a condição de maior vulnerabilidade social conferida à população negra, sobre isso afirma Barbosa (1998)

(...) a maioria das doenças que atinge a população negra é a mesma que atinge a maioria da população em geral. O que diferencia é seu perfil mais crítico de saúde, recorrente a diferentes contextos históricos, recorrência

esta pautada na discriminação, no racismo e na negação de direitos (...).
(p. 100)

A condição de saúde, adoecimento e cuidado da população negra que trabalha não pode ser pensada sem levar em consideração como as relações de trabalho internalizam o preconceito e a discriminação racial. Aqui se faz referência à interpretação de Olivar (2010) sobre a saúde do trabalhador como um campo político uma vez que nela se expressa concretamente as relações sociais de produção. Se não se nega a presença estruturante do racismo na reprodução das relações sociais, já não se pode negá-lo como agente na produção das condições de saúde desta população, especialmente em seu ambiente e condições de trabalho.

4. RACISMO COMO DETERMINANTE SOCIAL EM SAÚDE DO (A) TRABALHADOR (A): UMA PAUTA AO SERVIÇO SOCIAL

As determinações sociais que condicionam a saúde de trabalhadores são, em seu conjunto, expressão da questão social. Este estudo concorda com o conceito de questão social presente nas formulações teóricas de Iamamoto (2014) onde se considera a questão social como expressão do processo histórico de formação da classe trabalhadora, compreendendo, assim, as condições de vida e trabalho desta classe e seus desdobramentos históricos e políticos. Questão Social que constitui objeto de trabalho profissional dos Assistentes Sociais desde o crescimento da participação social na defesa e no controle de políticas públicas e do fortalecimento da organização social dos trabalhadores. Mendes e Wunsch argumentam que um dos eixos norteadores da atuação do assistente social na saúde do trabalhador é a

(...) capacidade de desvendamento da questão social dando visibilidade à mesma a partir da apreensão das suas expressões no processo saúde-doença e trabalho, na demanda institucional, na vida dos sujeitos, e nos impactos desse processo na vida e no meio social (...). (2011; 477)

Situada como um elemento partícipe da reprodução das relações entre classe trabalhadora e burguesa, e conseqüentemente tensionada e polarizada pelos interesses de cada uma dessas classes (IAMAMOTO, 2014), o Serviço Social é requisitado para responder às problemáticas advindas das contradições produzidas na ofensiva do capital sobre os trabalhadores. Esses profissionais têm em suas demandas as representações de como o processo de produção e as relações sociais estão se manifestando na vida e saúde do trabalhador.

A partir da compreensão crítica do movimento de reprodução do capital, que consiste na reprodução da exploração do trabalhador, bem como, da compreensão crítica da sua participação neste processo, os profissionais de Serviço Social podem forjar na atuação profissional estratégia que colaborem para defesa do direito social à saúde do trabalhador (IAMAMOTO, 2014).

O desafio aos Assistentes Sociais, destacado neste estudo, é a construção de capacidade teórico-metológica para decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, conferindo visibilidade as heterogeneias da classe trabalhadora por vê-la não apenas sob a ótica economicista, mas através da perspectiva da diversidade humana compreendendo as dimensões da raça/etnia, gênero, sexo e cultura frente a realidade de opressão por um capitalismo estruturalmente racista e patriarcal. Neste sentido, é imprescindível que o exercício e elaboração teórica profissional no campo da saúde do trabalhador contemplem o debate racial.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva. **Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo**. EM PAUTA, Rio de Janeiro – 2º semestre de 2014 – nº 34, v. 12, p. 131 – 154.

ALMEIDA, Magali da Silva. **Diversidade Humana e Racismo: notas para um debate radical no serviço social**. Argum., Vitória, v. 9, n. 1, p. 32 – 45, jan. / abr. 2017.

BARBOSA M. I.S. **Racismo e saúde**. Tese de doutorado em Saúde Pública, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social: fundamentos e história** / Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde do trabalhador e da trabalhadora** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Cadernos de Atenção Básica, n. 41 – Brasil : Ministério da Saúde, 2018.

BUSS, Paulo Marchiori. FILHO, Alberto Pellegrino. **A Saúde e seus Determinantes Sociais**. Physis: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):77-93, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social** / Marilda Villela Iamamoto. – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINS, Teresa Cristina Santos. **O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade**. Serv. Soc. Soc., São Paulo n. 111, p. 450-467, jul/set, 2012.

MENDES, Jussara Maria Rosa. WUNSCH, Dolores Sanches. **Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 461-481, jul./set. 2011.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação.** Revista Princípios, nº 34, ago/out 1994, p. 28 – 38.

OLIVAR, Mônica Simone Pereira. **O campo político da saúde do trabalhador e o Serviço Social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 102, p. 314-338, abr./jun. 2010.